

Padrões recentes de inserção e mobilidade no trabalho doméstico do Brasil metropolitano: descontinuidades e persistências

Introdução

O emprego doméstico tem características próprias já que não participa do circuito da produção de bens e serviços, mas sim da reprodução da força de trabalho. Esse serviço, quando realizado pela própria dona de casa, é visto em contraste com trabalho (DUFFY, 2007), e quando realizado por uma mulher contratada, não possui o mesmo status de trabalho do que aqueles realizados fora do domicílio, em atividades produtivas. Diferentemente dos homens que são destinados à esfera produtiva, o papel de cuidado é delegado historicamente à mulher, cujo lugar é o domicílio e a esfera reprodutiva (KERGOAT, 2003). Fundamental para a compreensão da lógica dessa ocupação é ter clara, além da relação entre gênero trabalho reprodutivo, a interface entre essas e raça, já que as domésticas são em sua maioria mulheres negras.

Até mesmo na legislação brasileira essa ocupação é tratada com excepcionalidades desde o seu reconhecimento como profissão, e mudança importante nesse quadro de assimetria foi a Emenda Constitucional 72, conhecida como PEC das domésticas, aprovada em 2013, que estendeu a essas profissionais alguns dos direitos que não eram até então atribuídos a elas. Além dessa mudança institucional que representa uma valorização dessa profissional e também um aumento no custo de se empregar uma doméstica, alguns trabalhos apontam para outras mudanças nesse mercado de trabalho (Marques; Costa, 2013; Manescchy, 2013; Pinheiro et al., 2016). Essas mudanças se referem principalmente a redução da proporção de mulheres brasileiras no trabalho doméstico e envelhecimento das domésticas, fruto de mudanças institucionais, fatores estruturais que são possíveis graças a mudanças entre gerações e movimentos de aquecimento e retração da economia.

Para identificar a extensão dessas mudanças no mercado de trabalho doméstico deve-se separar as mudanças que são comuns às demais ocupações daquelas específicas do mercado de trabalho doméstico. Além disso, é necessário que se identifique as continuidades nessa ocupação e, ainda, os determinantes desses movimentos de alteração e permanência. Esse trabalho se propõe a contribuir nesse

esforço. Mais especificamente, pretende-se investigar mudanças na inserção das mulheres nessa ocupação e na mobilidade para as demais ocupações ou status ocupacionais. Investiga-se também a influência das mudanças legais, das mudanças geracionais e do ciclo de vida individual nesse processo de transformação. Ainda no caso de haver mudanças no padrão recente de mobilidade envolvendo o trabalho doméstico, investiga-se a influência de outras características das trabalhadoras como raça, escolaridade e posição no domicílio. Ou seja, pretende-se identificar como cada transição está relacionada ao ciclo de vida da mulher, ao período analisado e a sua coorte de nascimento além de investigar a influência de outras características, como raça e escolaridade, na análise das mudanças no emprego doméstico no Brasil metropolitano.

Métodos

São utilizados dados sobre mulheres, de 15 a 71 anos de idade, residentes nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife, obtidos na Pesquisa Mensal do Emprego dos anos de 2002 a 2015, buscando captar suas transições ocupacionais. Esses dados são utilizados na construção de matrizes com as frequências das transições da condição de trabalho, relacionando a origem e o destino de cada uma das categorias: inatividade, desocupação e categoria socio-ocupacional (superior, intermediária, manual e serviço doméstico remunerado). Assim pretende-se contribuir ao analisar a inserção ocupacional de maneira dinâmica considerando a origem das mulheres domésticas e qual é a destinação dessas quando deixam essa profissão.

A estratégia estatística é, por meio de modelos que decompõem características de idade, período e coorte (IPC), identificar a influência desses na inserção das mulheres no mercado de trabalho do serviço doméstico remunerado. Outras características da mulher que podem influenciar sua colocação ocupacional são acrescentadas, como cor/raça, escolaridade, região metropolitana e condição no domicílio. A aplicação de modelos log-lineares permite que se obtenha medidas isentas da influência das distribuições marginais dessas tabelas, já que se utiliza taxas relativas. Diversos modelos são estimados para se medir e comparar a influência de cada característica na distribuição das mulheres entre as condições de origem e destino. Acrescentando-se uma a uma as características consideradas, a melhor adequação é escolhida através de comparação de estatísticas de qualidade

do ajuste do modelo. Além disso, modelos topológicos são estimados para atribuir chances diferentes de mobilidade a grupos predeterminados e testar hipóteses sobre os padrões de mobilidade que envolvem o trabalho doméstico.

Resultado e Discussão

Pode-se dizer que a ocupação está “ficando velha” já se verifica uma mudança na distribuição etária das domésticas e das transições ao longo do tempo, assim como a encontrada por Pinheiro et al. (2016). De uma assimetria à esquerda na distribuição etária, representando uma maior participação de mulheres jovens nessa ocupação em 2002, em 2014 a distribuição apresentou uma assimetria clara à direita. Duas mudanças no padrão de inserção nessa ocupação justificam e reforçam esse envelhecimento: jovens estão entrando menos nessa ocupação e as mulheres mais velhas estão demorando cada vez mais para realizar a transição para a inatividade.

Há um viés de mobilidade no emprego doméstico, seja para outras ocupações, seja para inatividade ou desemprego que é contrabalanceado pelo perfil das trabalhadoras dessa ocupação. Isso porque alta mobilidade não é percebida na análise unidimensional descritiva mas está presente nos coeficientes de frequência de imobilidade do modelo topológico. Essa grande mobilidade encontrada intrínseca ao serviço doméstico remunerado vai de encontro à desvalorização dessa profissional, promovida pela desproteção e desregulação, que desincentiva a continuação nessa ocupação. Além de não atrair mulheres trabalhando em outras ocupações ou fora do mercado de trabalho, essa ocupação também funciona como uma “alavanca” para outras profissões, já que quando têm outra oportunidade as mulheres preferem deixar de ser doméstica.

Ao investigar quais são as características responsáveis pelas transições, comparações entre os ajustes dos modelos estatísticos são feitas e pode-se dizer que a dimensão de período é a mais importante para modelar as frequências das transições entre as categorias analisadas. Ou seja, tanto as mudanças institucionais quanto os ciclos econômicos tiveram fortes efeitos na alocação de mulheres entre essas ocupações, a desocupação e a inatividade. Esse resultado pode ser encontrado porque algumas características de coorte são explicitadas por meio da inclusão no modelo características cujas influências variaram ao longo das coortes, como cor/raça e condição na família. A transição entre as coortes de nascimento com novas ideias e valores e vivenciando outras realidades permitiu que mudanças

na escolha e inserção ocupacional acontecessem, alterando a mobilidade destinando-se e originando-se na atividade doméstica remunerada.

A influência de ser negra, já controlada todas as demais características da mulher, na inserção e mobilidade entre as categorias de atividade é grande e também distinta ao longo das gerações. Esse efeito está diminuindo já que a diferença entre as probabilidades preditas (encontradas utilizando o melhor modelo para determinar as influências líquidas) de ocupação em cada categoria se reduziu ao longo do período. Depois de já consideradas diferenças educacionais entre brancas e negras, as últimas têm mais chances de estarem inativas ou trabalharem como domésticas, enquanto as primeiras têm maior probabilidade de trabalhar em ocupações superiores. As diferenças nas probabilidades, entretanto, foram menores a cada ano analisado e existem indícios de que a sociedade está evoluindo no sentido do combate à discriminação e segregação racial ocupacional. A maior probabilidade de as negras estarem no emprego doméstico, entretanto, se manteve em patamares constantes e nessa ocupação a superação desses estigmas e marcas nas quais se baseiam a discriminação ainda não está ocorrendo. Assim, até mesmo as melhorias sociais de redução da segregação ocupacional não são compartilhadas por essas profissionais, seja pela invisibilidade dessas trabalhadoras ou pelo peso adicional que possui esse trabalho essencialmente feminino e com heranças da servidão.

Referências bibliográficas

DUFFY, M.. Doing the dirty work: gender, race, and reproductive labor in historical perspective. *Gender & Society*. Vol 21, n. 3, pg 313-336, 2007.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: TEIXEIRA, M.; EMÍLIO, M.; NOBRE, M. (Orgs.). Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher. São Paulo, 2003.

MARQUES, L. A.; COSTA P. L. da. Questões para pensar o trabalho doméstico no Brasil. In: SILVA, Tatiana Dias; GOES, Fernanda Lira (Org.). Igualdade Racial do Brasil: reflexões no ano internacional dos afrodescendentes. ed.1, Brasília: IPEA, 2013.

MANESCHY, M. C.. O emprego doméstico e as Relações de Gênero no Mundo do Trabalho. *Gênero na Amazônia*. Belém. n.3, p. 207-218, 2013

PINHEIRO, L. S., et al. Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014. IPEA Nota técnica, 24. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016.